

ATA N.º 16/2026

Reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Lagos

Auditório do Edifício Paços do Concelho Séc. XXI

29 de julho de 2026

ÍNDICE

I	ABERTURA	1
II	PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO	1
III	PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
	VOTO DE LOUVOR – ASSOCIAÇÃO DE DANÇA DE LAGOS DA PROFESSORA LJILJANA UROSEVIC DA SILVA	3
	VOTO DE LOUVOR – DANIEL MATOS	4
	INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE	6
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PAULO ROSÁRIO DIAS	7
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR NUNO MARQUES	8
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR GILBERTO VIEGAS	9
IV	ORDEM DO DIA	11
	ORDEM DO DIA	11
	PROPOSTAS SUBSCRITAS PELO SENHOR PRESIDENTE	11
	EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR NA CERCA DO CEMITÉRIO - LAGOS” – MINUTA DO 3.º CONTRATO ADICIONAL DE ACEITAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS N.º 1 E APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 3	11
	EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR NO LOTE 23, DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DE BARÃO DE SÃO JOÃO” – ACEITAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS N.º 2 E APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 2	12
	EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO DO RESERVATÓRIO RIII, TORRALTINHA” – APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 5 E 2.ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO, ATÉ 16 DE SETEMBRO DE 2026	12
	EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE NOVA GERAÇÃO PARA AS ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL, NO ÂMBITO DO PRR” – RECEÇÃO PROVISÓRIA	13
	AQUISIÇÃO, EM REGIME DE OUTSOURCING, DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO - ENCARGO PLURIANUAL	13
	PROPOSTA SUBSCRITA PELO SENHOR VICE-PRESIDENTE	13
	AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MUNICIPAL DE LAGOS “A ONDA” – SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES	14
	PROPOSTA SUBSCRITA PELA SENHORA VEREADORA SARA COELHO	
	PLANO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR E PLANO MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO 2026/ 2027	15

	APROVAÇÃO DE ATAS	16
	ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1 DE JULHO	16
	ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15 DE JULHO.....	16
V	ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO.....	16
VI	ENCERRAMENTO	18
	ATA EM MINUTA	18

ATA N.º 16/2026

Reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Lagos

Auditório do Edifício Paços do Concelho Séc. XXI

29 de julho de 2026

ABERTURA

PRESENCAS

Vice-Presidente Paulo Jorge Correia dos Reis

Vereadores Sara Maria Horta Nogueira Coelho
Luís Alberto Bandarra dos Reis
Gilberto Repolho dos Reis Viegas
Nuno Pedro dos Santos Borges Marques
Paulo Jorge do Rosário Dias

Estiveram ainda presentes para secretariar a reunião Maria da Conceição Pacheco Centeno Santa Clara Gomes, Chefe da Divisão Jurídica, coadjuvada pelo Assistente Técnico, Tiago de Oliveira Freire.

O Senhor Vice-Presidente, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião pelas 15 horas e 12 minutos.

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO

Declarado aberto o período para intervenção do público, intervieram os seguintes cidadãos:

Maria Júlia Bravo Viegas (Ficha de Participação n.º 45931/2026) representada pela filha Graça Viegas manifestou desagrado com a inexistência do espaço habitualmente reservado para artesãos em Lagos. Apresentou uma petição pela resolução do problema que se deve à requalificação do espaço onde as apresentações dos artesãos ocorreram em anos anteriores. Disse que as alternativas disponibilizadas não correspondem às necessidades dos artesãos, referindo eventos como a Arte Doce com duração limitada e horário tardio e o Mercado do Levante com acesso difícil, sendo inacessível para os artesãos mais idosos. Referiu que a petição solicitava um espaço condigno para os artesãos e as suas exposições e o reconhecimento do

artesanato local e o seu valor para a inclusão social e para a cultura da cidade.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que a petição será analisada pelos serviços municipais e que o espaço anteriormente utilizado encontra-se em obras devido a problemas estruturais.

Idálio Gonçalves (Ficha de Participação n.º 45932/2026) disse que as suas intervenções anteriores não resultaram na agilização da burocracia na Câmara Municipal relativamente aos processos em que está envolvido. Apresentou os seguintes assuntos: disse não ter recebido resposta à sua intervenção acerca de um ofício ofensivo que tinha sido enviado pela Câmara; disse que a casa de banho pública perto da estação de autocarros precisa de ser limpa; disse que a escada de acesso ao palco no Centro Cultural deveria ter um corrimão para evitar acidentes.

O **Senhor Vice-Presidente** tomou nota.

Hélio Adelino Silva Pena (Ficha de Participação n.º 45936/2026) manifestou descontentamento com as casas de banho na estação de autocarros e disse que deveriam ser limpas e que a casa de banho do terminal deveria ser gratuita.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que a limpeza da casa de banho será averiguada pelos serviços municipais e que a casa de banho do terminal é privada e não é da competência da Câmara Municipal.

José Jácome (Ficha de Participação n.º 45939/2026) manifestou preocupação com o lixo espalhado junto dos contentores, referindo que muitas pessoas revolvem os resíduos à procura de garrafas de plástico, deixando o lixo disperso no local. Acrescentou que as papeleiras existentes nas imediações dos contentores estão a ser utilizadas para deposição de sacos de lixo doméstico, considerando necessária uma maior fiscalização. Relativamente às notificações de pagamento das faturas de água enviadas pelo Município por mensagem de telemóvel, referiu que estas não identificam a morada a que respeita a fatura, sugerindo que passe a ser indicado o respetivo código de arruamento. Por fim, reportou que, na Rotunda da Bola, a circulação rodoviária é frequentemente efetuada em desconformidade com as regras do Código da Estrada. O **Senhor Vice-Presidente** informou que a questão da circulação na rotunda da bola seria analisada. Informou que seria também analisada a sugestão relacionada com as SMS relativas à fatura da água.

Rita Isabel Silva (Ficha de Participação n.º 45946/2026) referiu o Plano de Ação Climática Municipal e perguntou o ponto de situação.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que o plano não está aprovado, que a questão será analisada pelos serviços municipais e que receberá uma resposta assim que possível.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

VOTO DE LOUVOR – ASSOCIAÇÃO DE DANÇA DE LAGOS DA PROFESSORA LJILJANA UROSEVIC DA SILVA

Proposta n.º 214/2026, de 29 de julho:

*"Tenho a honra de **propor** à digníssima Câmara Municipal que aprove este Voto de Louvor à Associação de Dança de Lagos da Professora Ljiljana Urosevic da Silva:*

A Câmara Municipal de Lagos congratula-se com os extraordinários resultados alcançados pela Associação de Dança de Lagos da Professora Ljiljana Urosevic da Silva no All Dance Europe 2026, realizado entre os dias 13 e 19 de julho, em Thessaloniki, Grécia, campeonato europeu de referência no panorama internacional da dança, onde representou, com elevado mérito, o concelho de Lagos e Portugal.

A participação da Associação de Dança de Lagos constituiu uma demonstração inequívoca da excelência artística, da qualidade pedagógica e da consistência do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, afirmando a associação como uma referência na formação em dança e projetando o nome de Lagos num palco europeu de elevado prestígio.

A ADL apresentou a concurso 18 coreografias, alcançando um desempenho de exceção, traduzido na conquista de 14 primeiros lugares, 3 segundos lugares e 1 terceiro lugar, resultados que evidenciam o elevado nível técnico, artístico e competitivo dos seus alunos, professores e coreógrafos.

Para além destes resultados, a Associação conquistou alguns dos mais relevantes galardões atribuídos pelo júri internacional. A coreografia "Welcome to Mongolia", da professora Marina Khametova, interpretada por Evelina Burduh, foi distinguida como Melhor Coreografia de Dança Étnica de toda a competição. A coreografia "Ugly Duckling", da professora Lilli Schulz, interpretada por Sara Pinto, recebeu o prémio de Melhor Coreografia de Dança Contemporânea, enquanto "Swanilda", preparada pela professora Diana Oliveira e igualmente interpretada por Sara Pinto, foi distinguida como Melhor Coreografia de Ballet Clássico.

A conquista das pontuações mais elevadas nas três principais categorias da competição - Dança Étnica, Dança Contemporânea e Ballet Clássico - constitui um feito absolutamente inédito, revelador da excelência artística e da versatilidade técnica da Associação de Dança de Lagos. Este resultado assume particular relevância por ter sido alcançado num campeonato que reuniu participantes de elevado nível competitivo provenientes de catorze países,

conferindo a estas distinções um assinalável prestígio artístico e internacional.

Também no plano individual foram alcançados resultados de exceção. A bailarina Alexandra Belova foi distinguida como Melhor Bailarina da Competição, no escalão Adulto, enquanto Sara Pinto recebeu o título de Melhor Bailarina da Competição, no escalão Pré-Jovem, representando a primeira vez que a Associação de Dança de Lagos conquista, em simultâneo, estes dois títulos individuais. Merece igualmente especial destaque Evelina Burduh, que alcançou o 4.º lugar na classificação das melhores bailarinas do escalão Jovem, entre um conjunto de participantes de elevado nível artístico.

A Associação conquistou ainda dois Golden Tickets, distinção reservada às coreografias de maior excelência artística e que garantiu a participação na Gala Final do campeonato. Estes foram atribuídos às coreografias "Ugly Duckling", da professora Lilli Schulz, interpretada por Sara Pinto, e "Malambo", do professor Yury Stroganov, interpretada por Laura Susana e Emil Mathez.

O All Dance Europe 2026 reuniu participantes de 14 países - Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Finlândia, Albânia, Malta, Brasil, Colômbia, Peru, México, Honduras, Venezuela e Israel - constituindo um dos mais relevantes palcos europeus de competição e intercâmbio artístico, onde a Associação de Dança de Lagos elevou o nome do concelho e de Portugal através do talento, da criatividade, da dedicação e da qualidade do trabalho desenvolvido.

Os resultados agora alcançados representam um marco histórico para a Associação de Dança de Lagos e constituem um dos mais relevantes reconhecimentos internacionais obtidos por uma entidade cultural do concelho. Estes feitos refletem o compromisso, a disciplina e a excelência dos seus alunos, professores, coreógrafos e famílias, contribuindo de forma decisiva para afirmar Lagos como um território de excelência artística e de formação em dança no contexto europeu.

Assim, a Câmara Municipal de Lagos delibera aprovar um Voto de Congratulação e Louvor à Associação de Dança de Lagos, extensivo a todos os seus alunos, professores, coreógrafos e equipa técnica, com especial destaque para as bailarinas, coreógrafos e professores distinguidos, pelo excecional mérito alcançado e pelo relevante contributo para a valorização da cultura e para a projeção nacional e internacional do concelho de Lagos."

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 239/2026)

VOTO DE LOUVOR – DANIEL MATOS

Proposta n.º 215/2026, de 29 de julho:

*"Tenho a honra de **propor** à digníssima Câmara Municipal que aprove este Voto de Louvor a*

Daniel Matos, pela conquista do Primeiro Prémio DanceMovie no Premio Roma Danza, em Itália:

A Câmara Municipal de Lagos manifesta o seu mais profundo voto de louvor e congratulação ao coreógrafo, performer e artista visual Daniel Matos, natural de Lagos, pela conquista do Primeiro Prémio DanceMovie no Premio Roma Danza, um dos mais prestigiados festivais internacionais dedicados à dança contemporânea em Itália, atribuído à videodança ALMOST UNINHABITED.

Esta distinção internacional representa mais um importante marco no percurso artístico de Daniel Matos, consolidando a sua afirmação como uma das mais relevantes vozes da criação contemporânea portuguesa e projetando o nome de Lagos além-fronteiras através da excelência da sua obra.

Criada em 2020, ALMOST UNINHABITED estabelece uma poderosa reflexão sobre a desertificação, a fragilidade dos ecossistemas e a condição humana, explorando a relação entre paisagem, corpo e respiração. Com uma linguagem estética singular, a obra propõe uma experiência cinematográfica e coreográfica de grande intensidade poética, onde dois corpos constroem uma narrativa de resistência e sobrevivência perante a escassez e a vulnerabilidade do mundo contemporâneo.

Na fundamentação da decisão, o júri do Premio Roma Danza destacou a capacidade da obra para transformar "uma das questões mais urgentes do nosso presente numa experiência visual e corporal de rara intensidade", enaltecendo a originalidade da investigação coreográfica, a qualidade dramática, a excelência da fotografia, da montagem e da composição sonora, bem como o notável desempenho dos intérpretes Hugo Cabral Mendes e Rafael Pinto e a música original de Sara Pissarro, elementos que contribuem para a elevada qualidade artística da criação.

Esta distinção vem reforçar um percurso internacional de reconhecido mérito, iniciado com a atribuição do Prémio ETIC para Melhor Filme Nacional no InShadow – Lisbon Screendance Festival, e soma-se aos mais recentes reconhecimentos obtidos por Daniel Matos, entre os quais o Prémio DROP, atribuído na Croácia, e o Prémio Autores da Sociedade Portuguesa de Autores para Melhor Coreografia, ambos conquistados com a obra A Pedra, a Mágoa.

O percurso de Daniel Matos constitui um exemplo inspirador da capacidade da criação artística portuguesa para alcançar reconhecimento internacional, demonstrando que a cultura é um instrumento privilegiado de inovação, reflexão e afirmação identitária. Através da sua obra, o artista tem contribuído para o desenvolvimento de novas linguagens no cruzamento entre a dança, o cinema e as artes visuais, promovendo simultaneamente uma reflexão crítica sobre os grandes desafios ambientais, sociais e humanos da atualidade.

A Câmara Municipal de Lagos reconhece, igualmente, que o sucesso alcançado por Daniel Matos constitui motivo de especial orgulho para o concelho, contribuindo para a valorização da imagem de Lagos enquanto território de criatividade, talento e excelência cultural. O seu percurso confirma a importância do investimento na formação artística, na criação contemporânea e no apoio aos jovens criadores, enquanto fatores essenciais para o desenvolvimento cultural e para a projeção internacional do Município.

Assim, a Câmara Municipal de Lagos delibera aprovar um Voto de Louvor e Congratulação a Daniel Matos, felicitando-o pela conquista do Primeiro Prémio DanceMovie no Premio Roma Danza, em Itália, e pelo extraordinário percurso artístico que tem vindo a construir, desejando-lhe os maiores sucessos pessoais e profissionais, na certeza de que continuará a dignificar o nome de Lagos e da cultura portuguesa nos mais prestigiados palcos internacionais."

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 240/2026)

Informações do Presidente

De seguida, o Senhor Vice-Presidente apresentou a relação dos assuntos mais relevantes da atuação do executivo municipal em regime de tempo inteiro, no período decorrido desde a última reunião de Câmara: **1.** Assembleia Geral da Algar, Almancil (17 de julho de 2026); **2.** 29.º Aniversário do Olímpico Clube de Lagos, Escola Secundária Júlio Dantas (18 de julho de 2026); **3.** Inaugurações de Exposições "Core Coure", pela CasaBranca e "Entre o Invisível e o Essencial", por Joana Varatojo e Clara Buser, Centro Cultural (18 de julho de 2026); **4.** Arraial da Meia Praia, Bairro 25 de Abril (18 de julho de 2026); **5.** Festa em Honra de São Gerardo – Procissão das Velas, Almádena (18 de julho de 2026); **6.** Reunião da Direção da ALU – Associação de Limpeza Urbana (21 de julho de 2026); **7.** 47.º Aniversário da ACRAL - Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve, Faro (21 de julho de 2026); **8.** 37.ª Feira Concurso Arte Doce, Complexo Desportivo de Lagos (22 a 26 de julho de 2026); **9.** Reunião do Conselho Consultivo da Algar, Almancil (23 de julho de 2026); **10.** Associação de Futebol do Algarve – sessão de entrega das distinções aos clubes de futebol e futsal, auditório IPDJ (23 de julho de 2026); **11.** Reunião Assembleia Geral do Algarve STP (24 de julho de 2026); **12.** Convívio Avós & Netos, Espaço Jovem (24 de julho de 2026); **13.** 24.º Aniversário do Grupo Amigos do Chinicato, sede do Clube (24 de julho de 2026); **14.** 30.º Aniversário do Moto Clube de Lagos, sede do Clube (25 de julho de 2026); **15.** Comemoração do 140.º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagos, Quartel dos Bombeiros (25 de julho de 2026); **16.** Apresentação da edição n.º 30 da revista "História

National Geographic”, dedicada ao Infante Dom Henrique e à importância de Lagos no início da expansão portuguesa, auditório dos Paços do Concelho Séc. XXI (27 de julho de 2026);

Intervenção do Senhor Vereador Paulo Rosário Dias

O Senhor Vereador Paulo Rosário Dias apresentou os seguintes assuntos:

1. Visita do Ministro da Administração Interna – deu nota da visita do Senhor Ministro e a sua participação na celebração do 140.º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Lagos.

2. Revista National Geographic – referiu uma revista publicada recentemente que abordava o Infante D. Henrique e perguntou se existiam planos por parte da Câmara de promover a revista.

3. Retail do Chinicato – agradeceu a consulta do processo e disse que tinha feito um novo requerimento a questionar elementos da construção. Perguntou qual a justificação pela falta de fiscalização a um nível básico.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que existiu fiscalização e que a questão seria remetida aos serviços municipais para análise e resposta.

4. António Moreira – perguntou o ponto de situação da situação do munícipe com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

A **Senhora Vereadora Sara Coelho** informou que foi solicitado um parecer à Divisão Jurídica para apurar a possibilidade de adiantar trabalho devido ao atraso nas respostas do IHRU.

5. Praia da Luz – referiu uma interdição temporária ao uso da praia e pediu esclarecimentos.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que, junto à linha de água, foram detetadas escorrências de coloração escura, situação que determinou a interdição do acesso à água, até que fossem realizadas as necessárias diligências de análise e avaliação, com vista ao apuramento da respetiva origem e à adoção das medidas adequadas à sua resolução. Mais informou que, na sequência das análises efetuadas, não foi detetada a presença de bactérias consideradas nocivas nas referidas escorrências. Acrescentou que, de acordo com a informação prestada pelos serviços municipais e pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, a hipótese apontada para a origem das escorrências estará relacionada com a decomposição e exposição à radiação solar de algas que se encontravam enterradas e que terão sido libertadas na sequência dos trabalhos de desassoreamento realizados na linha de água.

6. Conselho Municipal da Segurança – referiu o regulamento do Conselho que estabelece reuniões trimestrais, devidamente publicitadas, bem como as suas atas, estabelecendo ainda uma periodicidade anual para os pareceres emitidos. Disse que o Conselho não tem reunido e pediu esclarecimentos.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que existem entidades do Conselho que ainda não apresentaram os seus representantes e que iria averiguar a situação.

7. Trotinetes Elétricas – referiu os perigos das trotinetes e perguntou se estão planeadas campanhas de sensibilização acerca do assunto.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que o Município nunca autorizou a introdução deste transporte por parte de empresas externas, que a lei permite a circulação destes veículos na via pública sem o uso de capacete e sem seguro e que qualquer pessoa pode adquirir uma trotinete elétrica. Informou que existem ações de sensibilização de segurança gerais que abordam estas situações, mas que não existe uma campanha especificamente direcionada às trotinetes elétricas.

8. Polícia – referiu que continuam a ocorrer incidências noturnas com pouca intervenção policial. Referiu a falta de recursos humanos nas forças de segurança e na polícia municipal e perguntou se tem sido feito algo para reforçar a falta de pessoal. Perguntou ainda qual a diferença na unidade especial de polícia relativamente aos anos anteriores.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que a unidade especial de polícia está a operar no município sobre orientações superiores e que a Câmara não consegue impor um horário para o seu funcionamento. Informou que a Câmara tem manifestado o seu desagrado em reuniões com os responsáveis das forças de segurança.

9. Videovigilância – perguntou o ponto de situação, se o assunto foi discutido com o Ministro da Administração Interna na sua visita recente e o que pode ser esperado nos próximos meses.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que a Câmara ainda está a aguardar resposta das forças de segurança para avançar com o sistema de videovigilância.

10. Sessão de Esclarecimentos da Junta de Freguesia de Bensafrim – disse que foi convidado para participar na sessão, mas que não conseguiu ir tendo escolhido um representante para comparecer.

11. Período de Intervenção do Público – solicitou que seja dado conhecimento ao executivo das respostas dadas às intervenções dos munícipes.

Intervenção do Senhor Vereador Nuno Marques

O Senhor Vereador Nuno Marques apresentou os seguintes assuntos:

1. Hotel Golfinho – disse que o assunto continua a não constar na ordem de trabalhos da reunião e pediu esclarecimentos.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que iria averiguar.

2. Queixa de Ruído – perguntou se a Câmara já respondeu às reclamações de ruído na Rua 25 de Abril e se já existem os resultados da fiscalização realizada.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que as medições foram efetuadas, que já foram elaborados os relatórios e que irão receber a documentação em breve.

3. Notificações de Pagamento da Fatura da Água – na sequência da intervenção do munícipe, referiu que existem vários munícipes que têm recebido mensagens de telemóveis de pagamentos de custas por atraso no pagamento da água e perguntou se a Câmara registou alguma anomalia.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que não tem conhecimento da quantidade de casos e que iria averiguar a questão.

4. Sessão de Esclarecimentos da Junta de Freguesia de Bensafrim – disse ter participado na sessão de esclarecimento relativamente à empreitada de catorze fogos em Bensafrim. Congratulou a Junta de Freguesia de Bensafrim pela iniciativa.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que nem o Presidente nem o Vereador Luís Bandarra receberam convite para participar na sessão.

5. 140.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagos – proferiu a seguinte declaração: *"Assinalo o 140.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagos, uma instituição que é um verdadeiro pilar do nosso concelho. São 140 anos de dedicação inabalável e altruísmo, traduzidos no heroísmo diário de sucessivas gerações de homens e mulheres que protegem a nossa comunidade sempre que é necessário. Por isso o meu sincero reconhecimento:*

- À Direção, pela gestão e esforço contínuo na modernização da instituição;*
 - Ao Comando e ao Corpo Ativo, pela prontidão, coragem e competência técnica na salvaguarda de vidas e do nosso território;*
 - Aos fundadores e antigos bombeiros, que construíram o legado centenário da Associação.*
- As recentes comemorações públicas, cuja ausência justifiquei em devido tempo à Associação, demonstraram a enorme relevância e o prestígio da corporação.*
- O nosso dever enquanto Câmara Municipal é continuar a ser um parceiro ativo, solidário e presente, apoiando quem tanto dá de si em prol dos outros.*
- Aos nossos Bombeiros Voluntários de Lagos manifesto em meu nome pessoal e toda a comunidade um sentido agradecimento.*
- Muitos parabéns e uma longa vida além dos 140 anos agora atingidos!"*

Intervenção do Senhor Vereador Gilberto Viegas

O Senhor Vereador Gilberto Viegas apresentou os seguintes assuntos:

1. Intervenção de Munícipe – solicitou cópia da exposição feita e da resposta da Câmara à intervenção da munícipe Maria Viegas.

2. 140.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagos – felicitou a direção e o corpo dos Bombeiros Voluntários de Lagos.

3. Ministro da Administração Interna – manifestou apreço ao Senhor Ministro pela sua visita e proximidade às várias Associações de Bombeiros pelo país.

4. Secretário de Estado das Pescas e do Mar e Intervenções de Manutenção – fez uma saudação à visita do Senhor Secretário-Geral das Pescas e do Mar. Disse que esperava que o Senhor Vice-Presidente tivesse aproveitado para tirar as dúvidas relativamente às competências da Docapesca, Câmara Municipal de Lagos e a DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos para realizar intervenções no património do Município. Disse que teve conhecimento do Plano Plurianual de Investimento do Governo, na área do ambiente e das pescas, que previa para Lagos uma intervenção no molhe da Praia da Solaria no valor de três milhões de euros, mas que não estavam previstas as intervenções restantes da competência da Câmara Municipal de Lagos, não restando dúvidas a quem compete fazer a manutenção do património costeiro em degradação.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que estiveram também presentes o Diretor dos Portos de Sines e do Algarve e o Almirante representante da DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, o que permitiu esclarecer que a situação não é simples, e que foi proposta uma reunião de modo a averiguar as competências específicas de cada entidade. Informou que ao discutir com o Senhor Secretário o modelo de negócios da ampliação da Marina e requalificação do porto, foi referido que nove dos doze milhões de euros de encargo consistiam num investimento de uma empresa privada de Lagos e não do Governo Central. Informou que o Secretário ficou impressionado pelo modelo desta ampliação e requalificação e disse que se deveria pensar em replicar esta solução noutros portos do país. Informou que foi manifestado desagrado ao Secretário acerca da dragagem do canal no verão, o que foi reforçado por um operador da Marina de Lagos. Informou que existem empreitadas a decorrer a nível das águas que dependem de financiamento do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e que estão sujeitos a prazos específicos.

O **Senhor Vereador Gilberto Viegas** disse que o conteúdo do protocolo de transferência de competências entre a Câmara Municipal de Lagos e a Docapesca é óbvio, e que espera que a reunião tenha resultados favoráveis ao município. Disse que gostaria de ter esclarecimentos acerca da justificação da dragagem ser feita nesta altura e não no inverno.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que a resposta dada pela DGRM acerca da dragagem é a mesma que o executivo em permanência tem dado em situações em que se verificam constrangimentos na contratação pública em que atrasos imprevistos ocorrem independentemente do planeamento.

5. Mobilidade Urbana – referiu o aumento na circulação que se verifica na época do verão, as dificuldades e engarrafamentos e disse que a Câmara necessita de agir de forma proativa para

resolver estes problemas.

6. Parque da Trindade – perguntou se a atividade, que ainda está a decorrer, se encontra devidamente licenciada e regularizada. Perguntou quem é o promotor da atividade.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que a Câmara não autorizou e não reconhece a legitimidade das entidades que ocupam o espaço de operar na capacidade que se verifica e que o assunto está a efetuar os trâmites corretos.

7. Empreitada de 14 Fogos em Bensafrim – disse que a presença da população foi significativa na sessão de esclarecimentos da Junta de Freguesia de Bensafrim e que se sente desagrado e preocupação, não só pela empreitada, mas pela falta de transparência sobre o assunto. Perguntou se a o estudo prévio e o projeto dos catorze fogos em Bensafrim cumpriram ou cumprem a Lei n.º 34/2015, de 27 de abril.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que a questão do cumprimento da lei será remetida aos serviços municipais.

INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO Quando eram 17 horas e 9 minutos, o Senhor Presidente declarou interrompidos os trabalhos da reunião para um pequeno intervalo, tendo os mesmos recomeçado pelas 17 horas e 30 minutos, com a presença da totalidade dos membros.

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA A Câmara, por votação nominal, deliberou fazer constar que aceitou, por **unanimidade**, e em minuta, proceder à apreciação de todos os assuntos que foram objeto de deliberação na presente reunião. **(Deliberação n.º 241/2026)**

PROPOSTAS SUBSCRITAS PELO SENHOR PRESIDENTE

EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR NA CERCA DO CEMITÉRIO - LAGOS” – MINUTA DO 3.º CONTRATO ADICIONAL DE ACEITAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS N.º 1 E APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 3

Proposta n.º 208/2026, de 23 de julho:

“Considerando que:

- Foi aprovada pela Deliberação n.º 207/2026, tomada na reunião de Câmara de dia 17 de junho, a execução de trabalhos complementares no contrato de empreitada de “Construção de Edifício Multifamiliar na Cerca do Cemitério - Lagos”, assinado a 12 de setembro de 2024;*
- Nos termos da Informação n.º 43973, de 14 de julho de 2026, da Divisão Jurídica, a alteração*

ao contrato tem de revestir a forma escrita.

Proponho a aprovação da minuta do contrato, a notificação do cocontratante e o agendamento do contrato, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 98.º e 375.º do Código dos Contratos Públicos, e alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.”

O **Senhor Vereador Paulo Rosário Dias** disse que a deliberação foi aprovada há sete semanas, mas só agora é que a minuta está a ser apreciada em reunião de Câmara e pediu esclarecimentos.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que não tinha conhecimento da razão por detrás do atraso.

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 242/2026)

EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR NO LOTE 23, DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DE BARÃO DE SÃO JOÃO” – ACEITAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS N.º 2 E APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 2

Proposta n.º 209/2026, de 24 de julho – retirada da ordem dos trabalhos.

EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO DO RESERVATÓRIO RIII, TORRALTINHA” – APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 5 E 2.ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO, ATÉ 16 DE SETEMBRO DE 2026

Proposta n.º 210/2026, de 24 de julho:

“Considerando o teor da Informação n.º 43263, de 9 de julho de 2026, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas, a qual propõe que sejam aprovados trabalhos complementares, resultantes da necessidade de substituir a tubagem existente em ferro fundido por tubagem em aço inox e executar parte do muro que delimita a área do recinto do reservatório e a respetiva vedação e propõe, ainda, nessa sequência que seja concedida uma prorrogação do prazo contratual por 38 dias de forma a executar os trabalhos complementares acima referidos.

Proponho que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar os trabalhos complementares no montante de 216 197,80 EUR (duzentos e dezasseis mil, cento e noventa e sete euros e oitenta cêntimos), acrescido do IVA, em cumprimento do artigo 370.º do Código dos Contratos Público, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, cujo prazo de execução é de 70 dias, conforme mencionado na Informação n.º 43263, de 9 de julho de 2026, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas.

2. Prorrogar o prazo contratual da empreitada em epígrafe, pelo período de 38 dias (até ao dia

16 de setembro de 2026).

3. Calcular a revisão de preços nos termos do n.º 1, do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto.

4. Notificar o adjudicatário Extraco- Construccions e Proxectos, Sociedad Anónima – Sucursal em Portugal, para no prazo de 10 dias, prestar caução no montante de 10 809,89 EUR (dez mil, oitocentos e nove euros e oitenta e nove cêntimos), excluindo o IVA, correspondente a 5% do valor dos trabalhos complementares, cumprindo o disposto nos artigos 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos.”

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 243/2026)

EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE NOVA GERAÇÃO PARA AS ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL, NO ÂMBITO DO PRR” – RECEÇÃO PROVISÓRIA

Proposta n.º 211/2026, de 24 de julho:

“Considerando o Auto de Vistoria com o registo n.º 44883, de 20 de julho de 2026, elaborado na sequência da vistoria efetuada aos trabalhos que integram a empreitada em epígrafe.

Proponho, nos termos dos artigos 394.º e 395.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, que a Câmara Municipal delibere:

Pela Receção Provisória da empreitada conforme expresso no auto de vistoria.”

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 244/2026)

AQUISIÇÃO, EM REGIME DE OUTSOURCING, DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO - ENCARGO PLURIANUAL

Proposta n.º 212/2026, de 24 de julho:

“Considerando que:

O Município pretende promover o procedimento tendente à celebração de um contrato para “Aquisição, em regime de outsourcing, de serviços de impressão, cópia e digitalização” pelo período de 60 meses/5 anos ou até esgotar o preço base;

Os encargos financeiros, decorrentes da execução do contrato ao longo de cinco anos, repartir-se-ão por mais de um ano económico, assumindo natureza plurianual;

A assunção de encargos plurianuais depende de autorização prévia do órgão deliberativo do município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21

de fevereiro, na sua redação atual (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), conjugado com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na parte aplicável às autarquias locais, e com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

Prevê-se a inscrição dos encargos nos correspondentes orçamentos municipais dos anos económicos abrangidos.

A abertura do procedimento determinada por despacho de 14 de julho, está condicionada à obtenção da autorização da Assembleia Municipal e à existência de dotação adequada nos orçamentos dos respetivos anos económicos.

Proponho que a Câmara Municipal delibere:

1 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a aprovação da assunção dos encargos plurianuais inerentes à celebração do contrato para "Aquisição, em regime de outsourcing, de serviços de impressão, cópia e digitalização", pelo período de cinco anos, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, aplicável às autarquias locais por remissão do seu n.º 6;

2 - E aprovar a respetiva repartição previsional e anual dos encargos nos seguintes termos: ano 2026 – 5400,00 EUR (cinco mil e quatrocentos euros); ano 2027 – 64 800,00 EUR (sessenta e quatro mil e oitocentos euros); ano 2028 – 64 800,00 EUR (sessenta e quatro mil e oitocentos euros); ano 2029 – 64 800,00 EUR (sessenta e quatro mil e oitocentos euros); ano 2030 – 64 800,00 EUR (sessenta e quatro mil e oitocentos euros); ano 2031 – 59 400,00 EUR (cinquenta e nove mil e quatrocentos euros), perfazendo o montante total de 324 000,00 EUR (trezentos e vinte e quatro mil euros)."

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 245/2026)

PROPOSTAS SUBSCRITAS PELO SENHOR VICE-PRESIDENTE

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MUNICIPAL DE LAGOS "A ONDA" – SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES

Proposta n.º 213/2026, de 24 de julho:

"- Considerando o teor da ata elaborada pelo júri do procedimento, em 16 de julho de 2026, da qual constam a segunda análise e apreciação dos esclarecimentos solicitados pelos interessados no prazo concedido para o efeito, bem como a segunda identificação e proposta de suprimento de erros e omissões das peças do procedimento (vide ata do júri de 19 de junho e respetiva

Deliberação n.º 222 de 1 de julho de 2026);

- Considerando que o suprimento de erros e omissões das peças do procedimento é da competência do órgão competente para a decisão de contratar de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 50.º do CCP;

- Considerando o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Proponho que a Câmara Municipal:

1 - Aprove o suprimento dos erros detetados pelo júri do procedimento, no caderno de encargos e programa do procedimento, na sequência da análise dos pedidos de esclarecimentos apresentados pelos concorrentes, nos seguintes termos:

I - Na alínea d) do n.º 2 da cláusula 3.ª do caderno de encargos, onde se lê: ".....Os preços unitários constantes da proposta adjudicada poderão ser revistos nos termos do n.º 2 da cláusula 40.º, quando tal for determinado por legislação específica aplicável ao objeto contratual.", deve ler-se,

Os preços unitários constantes da proposta adjudicada poderão ser revistos nos termos do n.º 4 da cláusula 40.º, quando tal for determinado por legislação específica aplicável ao objeto contratual.

II - No n.º 4, a) do artigo 17.ª do programa de procedimento, onde se lê:

" "PB" é o valor em euros do Preço unitário/km (alínea a) do artigo 3.º do CE);" deverá ler-se: "PB" é o valor em euros do Preço unitário/km (ano 1) da (alínea c) do n.º 2 da cláusula 3.º do CE); e Onde se lê: "PP" é o valor em euros da Proposta de Preço unitário / km apresentada; Deverá ler-se: "PP" é o valor em euros da Proposta de Preço unitário / km apresentada para o ano 1.

Mais **proponho**, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos, que a Câmara Municipal:

2 – Delibere prorrogar o prazo fixado para a apresentação das propostas até às 17H00 do dia 26 de agosto de 2026;"

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 246/2026)

PROPOSTA SUBSCRITA PELA SENHORA VEREADORA SARA COELHO

PLANO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR E PLANO MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO 2026/ 2027

Proposta n.º 206/2026, de 20 de julho:

"Considerando:

- A Informação n.º 43366, de 10 de julho de 2026, do Departamento de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura – Divisão de Educação, Juventude e Desporto, que apresenta em documentos anexos o Plano de Ação Social Escolar e o Plano Municipal de Transporte Escolar do Município de Lagos para o ano letivo de 2026/ 2027;*
- O parecer de concordância emitido pelo Conselho Municipal de Educação do Concelho de Lagos, em 6 de julho de 2026, à adequada planificação das diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios socioeducativos, à rede de transportes escolares e à alimentação para o ano letivo 2026/ 2027;*
- As competências atribuídas à Câmara Municipal sobre estas matérias, designadamente o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, assim como o Regime Jurídico das Autarquias locais, nomeadamente nas suas alíneas gg) e hh), do n.º 1, do artigo 33.º;*

Proponho *que a Câmara Municipal delibere aprovar o Plano de Ação Social Escolar e o Plano Municipal de Transporte Escolar do Município de Lagos para o ano letivo 2026/ 2027, nos termos da supracitada informação."*

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 247/2026)

APROVAÇÃO DE ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1 DE JULHO A Câmara, por votação nominal, deliberou por unanimidade, aprovar a ata da reunião pública ordinária realizada no dia 1 de julho de 2026, previamente distribuída ao Executivo Municipal.

(Deliberação n.º 248/2026)

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15 DE JULHO A Câmara, por votação nominal, deliberou por unanimidade, aprovar a ata da reunião pública ordinária realizada no dia 15 de julho de 2026, previamente distribuída ao Executivo Municipal.

(Deliberação n.º 249/2026)

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO

FINANÇAS MUNICIPAIS Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 28 de julho de 2026, que acusava um saldo em dinheiro de 37 374 740,15 EUR (trinta e sete milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e quarenta euros e quinze cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA AUTARQUIA EM 30 DE JUNHO DO ANO ECONÓMICO DE 2026

Foi presente a Informação n.º 45768 de 23 de julho de 2026, da Divisão Financeira, na qual é feita uma análise à execução orçamental da autarquia no final do mês de junho de 2026 tendo em conta a execução orçamental da receita, da despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades mais Relevantes, destacando-se as rubricas que apresentaram maiores variações face ao período homólogo do ano anterior. É feita ainda uma análise à despesa corrente, por unidade orgânica, na ótica dos cabimentos e compromissos, tendo em conta a dotação orçamentada para 2026. O Senhor Presidente proferiu em 23 de julho de 2026 o seguinte despacho: "À R.C. e A.M. para conhecimento."

A Câmara tomou conhecimento.

REGISTO DE PAGAMENTOS EFETUADOS Na sequência do solicitado, no período antes da ordem do dia, na Reunião de Câmara do dia 17 de junho de 2026, da Informação n.º 38964, de 18 de junho de 2026 da Divisão Jurídica – Secção de Apoio Administrativo e do despacho proferido pelo Senhor Presidente na Informação n.º 39316, de 19 de junho de 2026, da Divisão Financeira, foi disponibilizada a listagem do registo de pagamentos efetuados no período compreendido entre os dias 9 de julho de 2026 e 22 de julho de 2026

A Câmara tomou conhecimento.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS- ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S – DIVISÃO FINANCEIRA A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, relativamente à Alteração ao Orçamento e GOP's, no dia 15 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA/SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no dia 14 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA/UNIDADE TÉCNICA DE CONCURSOS DE PROJETOS E EMPREITADAS A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, entre o dia 17 e 22

de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E EMPREITADAS A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, entre os dias 10 e 16 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO FINANCEIRA A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, entre o dia 14 e 17 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL/ SERVIÇO DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, entre o dia 6 e 17 de julho de 2026.

ENCERRAMENTO

ATA EM MINUTA Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, bem como do disposto no artigo 19.º do Regimento da Câmara Municipal de Lagos, e ainda do artigo 34.º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara deliberou por **unanimidade**, aprovar a ata em minuta para efeitos da sua exectoriedade imediata.

(Deliberação n.º 250/2026)

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente pelas 18 horas, declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata que, nos termos do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atualizada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pela Chefe da Divisão Jurídica, da Câmara Municipal que a secretariou e mandou lavrar.

O Vice-Presidente da Câmara,



A Chefe da Divisão Jurídica, (Secretária),

João Manuel Antunes

A ata foi aprovada, por unanimidade
em reunião de Câmara de
30 / 09 / 2026

Deliberação n.º 316 / 2026

A Secretária,

[Assinatura]
(06 / 10 / 2026)